18º ENPESS
Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Infância

"O ECO DA VIDA-LIBERDADE": HISTÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE MULHERES CUJAS VIDAS FORAM JUDICIALIZADAS

GRACIELLE FEITOSA DE LOIOLA[1]

RESUMO

O presente artigo traz alguns achados da pesquisa de doutorado da autora, que buscou problematizar a retirada compulsória de filhas/os pelo Estado. O acesso aos itinerários das mulheres demonstrou que as "histórias únicas"desumanizam, não trazem as contradições que estão postas na realidade é que o racismo é uma estratégia potente de desumanização.

Palavras-chave: Judicialização. Racismo. Mulheres. Itinerários.

ABSTRACT

This article presents some findings from theauthor's doctoral research, which sought to problematize the compulsory removal of daughters by the State. Access towomen's itineraries demonstrated that "single stories"dehumanize, they do not bring the contradictions that are present in reality and that racism is a powerful strategy of dehumanization.

Keywords: Judicialization. Racismo. Women. Itinerarias.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da tese de doutorado da autora[2], que tem como direcionamento pensar o exercício da maternidade e da paternidade a partir da trajetória de mulheres e, dentro do possível, de homens que conseguiram permanecer com seus/suas filhos/as, buscando descortinar as resistências e insurgências empreendidas tanto por elas/eles quanto pelos/as trabalhadores/as (sobretudo assistentes sociais), bem como identificar as ações de cuidado em

[1] Tribunal de Justiça de São Paulo

[2] Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e como forma de aproximação da realidade e dos processos históricos vivenciados e contados pelos/as participantes da pesquisa, foram realizadas: pesquisa documental; observação participante; entrevistas com trabalhadoras/es e famílias tendo como aporte a metodologia de História Oral; Itinerários de cuidado, proteção e resistência; Diário de Campo. Projeto de Pesquisa aprovado junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, cujo número do parecer é: 4.341.667

termos de proteção social e de saúde ofertadas. Voltamos a atenção à dimensão do cotidiano e da realidade profissional que aponta para a resistência, que resiste à lógica de desigualdade, julgamento, moralismo e discriminação, principalmente nas situações que envolvem o uso de substâncias psicoativas.

Aqui se dará ênfase, especialmente, as discussões elencadas no capítulo III da tese, onde buscamos desvendar os apoios, experiências, lutas e resistências na trajetória de vida de mulheres e homens mães e pais pela permanência do convívio com os/as filhos/as. Nos apoiamos na construção de uma representação gráfica composta por lugares, pessoas, experiências e serviços significativos e que fizeram a diferença ao longo da trajetória de vida das famílias, no movimento que se contrapõem às segregações vividas. A representação gráfica é adensada pelas categorias que emergiram no contato com as marcas e os marcos presentes nas histórias acessadas.

Na elaboração da representação gráfica optamos por utilizar uma imagem em espiral, denominada como "itinerários", em que embora as marcas e os marcos das histórias sejam singulares, elas se intercruzam, pulsam, tem movimento e vida, posto que o território compõe um espaço relacional, não apenas como elemento geográfico, mas como vivência, conforme defendido por Koga (2003; 2009).

A representação gráfica possibilita sintetizar os itinerários de proteção, cuidado e resistência de cada família (mulher) que, em seguida, é adensada pelas narrativas orais e categorias que emergiram no contato com as muitas marcas e marcos presentes em suas histórias e trajetórias.

Participaram dessa etapa da pesquisa cinco famílias (em que as mulheres ganham centralidade)[3]. As mulheres que compõem o estudo têm idade entre 29 e 39 anos, sendo que 2 delas possuem escolaridade de Ensino Médio incompleto, 2 Ensino Fundamental incompleto e apenas 1 possui o Ensino Médio completo, concluído recentemente por meio do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Todas com histórias de vidas enredadas pela trajetória de rua e as violências e violações que isso implica. Assim, carregam histórias individuais que se somam e se aproximam às histórias de muitas outras mulheres que tiveram suas vidas atravessadas pela intervenção do Estado.

Importante demarcar que, considerando os limites desse artigo optou-se por trazer

[3] Vagalume (29 anos); Maia (39 anos) e Nelson (52 anos); Mel (34 anos); Bruna (34 anos), e, Janaina (36 anos).

centralidade as histórias e trajetórias de Vagalume e Maia e Nelson[4].

Ao longo da pesquisa, ao desvendar as histórias e trajetórias das famílias (em que as mulheres ganham centralidade) que tiveram suas vidas atravessadas pela judicialização, são acessadas narrativas de dor, violências e violações que marcam o cotidiano, o que indica que mesmo nas experiências em que a permanência com os/as filhos/as foi possível, elas não são isentas de violações e violências.

Clóvis Moura, em Rebeliões da Senzala (2020, p. 22), alerta que é "no processo de luta contra as estruturas opressivas e desumanizadoras que o escravizado afirma sua humanidade". Da mesma forma, ao buscar acessar a história dessas famílias pela perspectiva das lutas e resistências, reconhecendo-as como humanas, como sujeitos históricos e políticos, de direitos e de desejos, elas passam a ocupar o lugar de protagonistas, como integrantes da realidade. Há o deslocamento da condição de "objeto passivo" para a condição de "sujeito político", capaz de construir resistências.

Assim, sem deixar de reconhecer as contradições, tensões e disputas presentes nos mecanismos de retirada compulsória de bebês, este artigo se centrará sobre os apoios, experiências, lutas e resistências na trajetória de vida de mulheres e homens/ mães e pais pela permanência do convívio com os/as filhos/as, em movimentos que se contrapõem a essas segregações.

2. Vagalume: "não dá para deixar os meus filhos serem órfãos de mãe viva"[5]

Vagalume, mulher negra, 29 anos, natural de Serra Talhada/PE, não possui registro paterno e quando tinha por volta de 4 anos de idade, sua genitora, junto com seu padrasto, vieram tentar a vida no estado de São Paulo. Ao rememorar sua infância junto com o irmão mais velho, destaca as dificuldades financeiras que, à época, lhe impossibilitavam de ter os brinquedos que desejava, como patins e bicicleta, assim como a violência sexual sofrida, praticada por um dos irmãos do seu padrasto. A memória da violência sexual deixa evidente o quanto, por muito tempo, foi difícil falar sobre isso, guardando para si a situação vivida.

Vagalume tem dois filhos, V. (9 anos) e G. (5 anos, acolhido quando do nascimento) e, na ocasião da entrevista, estava no quinto mês de gestação de uma gravidez planejada e desejada.

Durante sua trajetória de vida teve como apoios: família; religião; CAPS; comunidade terapêutica; Narcóticos Anônimos (NA); Clínica de tratamento. O NA foi o que, para ela, fez

[4] Nomes escolhidos por elas e ele.
[5] Trecho do depoimento de Vagalume. Entrevista realizada em dezembro de 2020.

ISSN 2965-2499

sentido e contribuiu para o que denomina como “sua recuperação”.

Vagalume teve uma vinculação forte com a Assistente Social que atuava no Programa de Braços Abertos[6]. A assistente social a chamava de Vagalume, nome escolhido para identificá-la na pesquisa.

A vivência de Vagalume na chamada “cracolândia” se deu em dois momentos: nos anos de 2012 e 2015. Nesses momentos vivenciou algumas intervenções dos governos municipal e estadual, por vezes ações higienistas e violentas.

Sua história é um retrato da desigualdade social e territorial no Brasil, uma família de imigrantes que sai da região Nordeste do país em busca de melhores condições de vida no Estado de São Paulo e enfrenta as carências e falta de acesso da cidade grande.

A história do acolhimento institucional do filho ainda na maternidade é lembrada por ela com a dureza de ter tido o filho arrancado de seus braços, de ter sido impedida de amamentar, mas também pela luta para descobrir onde o filho fora institucionalizado e as resistências e movimentos para tê-lo de volta em seus braços.

Vagalume chega à maternidade para dar à luz ao segundo filho levada pelo SAMU, na ocasião estava em situação de rua na região da cidade de São Paulo conhecida como “cracolândia”. Após o nascimento do filho, logo é avaliada pela assistente social da maternidade como um risco para o filho e a criança é encaminhada para um serviço de acolhimento institucional.

> Foi um parto Cesária, mas eles queriam fazer um normal, por conta disso, porque acho que passou um pouco da hora de nascer, porque eles queriam forçar um parto normal, eu acredito, porque da minha primeira filha foi um parto normal, então eles esperaram até o último, aí ele fez coco na minha barriga, aí o médico falou, então é Cesária, mas ele nasceu perfeito, deu tudo certo, lindo, um bebê maravilhoso. Aí começou a questão, eu poderia ter ficado seis meses no acolhimento com ele, mas aí a assistente social chegou lá, do hospital, queria que eu falasse que eu tinha usado droga no dia que eu fui ganhar nené, e eu falei que não tinha usado [...] Meu filho teve que ficar na semi UTI sem ter absolutamente nada de errado com ele, e eu ficava amamentando ele lá, cuidando dele lá [...] E aí começou a luta, minha mãe foi lá, tal, e, a assistente social conversou com a minha mãe, ela falou com essas palavras assim pra minha mãe: “você já cuida da filha dela, esquece esse menino, já tem uma família esperando por ele há dez anos”. Porque ela falou? não sei, enfim. E aí ela deu um prazo pra minha mãe, não sei o que aconteceu, minha mãe não ligou pra ela, nesse período já foram se passando os dias, foram acho que vinte e três dias que ele ficou lá, eu tenho, inclusive eu acho que eu tenho até hoje a carteirinha das visitas, eu estive em todas, em todos os horários, de madrugada pra dar mamar. E, aí eu fui tirar o meu RG, no

[6] O Programa de Braços Abertos (DBA) teve início em janeiro de 2014 na gestão do prefeito da cidade de São Paulo Fernando Haddad (PT), propõe uma nova relação e intervenção no território da chamada “cracolândia”. As ações do Poder Público na região até então foram marcadas pela predominância do dispositivo policial e por possuírem um caráter de ação imediata com a intenção de acabar com a “cracolândia”.

> dia que eu recebi o RG que eu cheguei, ela me chamou, mandou avisar pra mim subir, a assistente social do hospital, aí quando eu subi ela já estava com o pessoal do abrigo pra pegar o bebê de mim, ela não deixou nem eu amamentar ele nesse dia, e aí foi um choque pra mim. É, difícil falar (nesse momento seu relato ocorre com lágrimas nos olhos) [...] E aí ele foi pro abrigo, eu fiquei sem meu filho, foi horrível, horrível (Vagalume, depoimento colhido em dezembro de 2020, grifo nosso).

O relato de Vagalume é expressão da vivência de muitas outras mulheres que durante o parto passam por momentos de violência institucional e obstétrica[7]. Postergar a permanência da criança no hospital/maternidade sem existir demandas de saúde, ter interrompido o direito à amamentação, ter a sua dor e sofrimento invisibilizados, são apenas algumas das marcas e expressões dessas violências e violações. Por isso, cabe perguntar: em que momento as instituições se distanciam de olhar com humanidade para essas mulheres?

Jussara Santos (2021a), partindo de uma abordagem crítico-dialética para analisar o fenômeno da violência obstétrica e sua relação com as categorias gênero, raça e classe, busca integrar a saúde reprodutiva e a justiça social com ênfase para as mulheres negras e defende a "justiça reprodutiva como estratégia de enfrentamento às desigualdades inerentes à assistência obstétrica no Brasil" (2021a, p. 139).

Santos (2021b, p. 217) compreende a violência obstétrica não apenas como conceito, mas sobretudo "como produto de um processo que expressa desigualdades estruturais com base na raça/cor, classe e gênero". Nessa perspectiva, a violência obstétrica é uma das dimensões da violência de gênero, podendo se manifestar "através de atitudes agressivas, discriminatórias, negligenciadoras e de maus-tratos no âmbito da assistência obstétrica às mulheres e pessoas gestantes" (Santos, 2021b, p. 216).

Nesse sentido, Passos (2020) enfatiza:

> As práticas discursivas racistas e sexistas propagam no imaginário social a concepção de que as mulheres negras possuem uma capacidade de suportar a dor muito maior do que as outras. Dessa maneira, produzem-se processos de subjetivação que são marcados por essa fantasia e que resultam em intenso sofrimento psíquico, que têm, na maioria das vezes, a medicalização da subjetividade como resposta (Passos, 2020, p. 122).

As violências também estão expressas no lugar ocupado pela adoção na perspectiva do "melhor interesse da criança" e da possibilidade de sua ascensão a um novo contexto social, contudo, invisibilizando a dor e o luto vivido pelas mulheres que têm os/as filhos/as retirados do

[7] Neste artigo, a violência obstétrica é entendida nos termos enfatizados por Santos (2021) que a entende como "a apropriação do corpo e dos processos reprodutivos das mulheres pelas instituições de saúde, expressa por relações desumanizadoras, abuso de medicalização e de patologização dos processos naturais, limitando a autonomia das mulheres e sua capacidade de decidir. Ao ter como base a categoria racismo estrutural, verifica-se que, quando atrelada ao viés racial, a violência obstétrica tende a apresentar contornos mais intensos" (Santos, 2021a, p. 140).

ISSN 2965-2499

seu convívio.

"Quanto vale uma criança?" a pergunta de Vagalume nos convoca a refletir sobre o lugar ocupado pela adoção nos processos de retirada compulsória de crianças (principalmente) e adolescentes de suas famílias. Uma tendência que tem tido ainda mais centralidade em tempos de fragilização das políticas públicas e aumento das desigualdades sociais no Brasil, conforme apontam os estudos de Fávero (2014; 2007) e Loiola (2020).

Contudo, embora Vagalume reconheça as violências institucionais pelas quais passou, em outros momentos acredita: "eu tinha que passar por isso para eu acordar, para eu ter consciência", trazendo para si a responsabilidade pela situação vivida. Tal processo é próprio da sociabilidade capitalista, que captura subjetividades e atribui aos próprios sujeitos as desigualdades que vivenciam, descontextualizando-as da totalidade que as enreda. Uma perspectiva muitas vezes reforçada pelas respostas institucionais e profissionais que as famílias encontram, pois ainda é muito presente uma lógica de controle, poder, punição e constante vigilância.

O momento de acionamento da VIJ pela maternidade foi vivenciado por Vagalume com muito sofrimento. Embora ela reconheça que, na ocasião, não estava em condições de cuidar do filho, entende que poderiam ter sido tomadas outras ações e encaminhamentos, sobretudo por parte da assistente social da maternidade para evitar a institucionalização da criança como, por exemplo, a permanência do filho na família extensa.

Quando do acolhimento do filho, Vagalume chegou a ficar mais de duas semanas sem ter contato com a criança, pois na época as visitas foram proibidas até que fosse realizada avaliação pela equipe técnica do Poder Judiciário, "e aí eu voltei pra casa da minha mãe e começou a luta pra recuperar a guarda dele, eu acho que ele passou mais de duas semanas
lá (no Serviço de Acolhimento), sem eu ver ele" (Vagalume, depoimento colhido em dezembro de 2020).

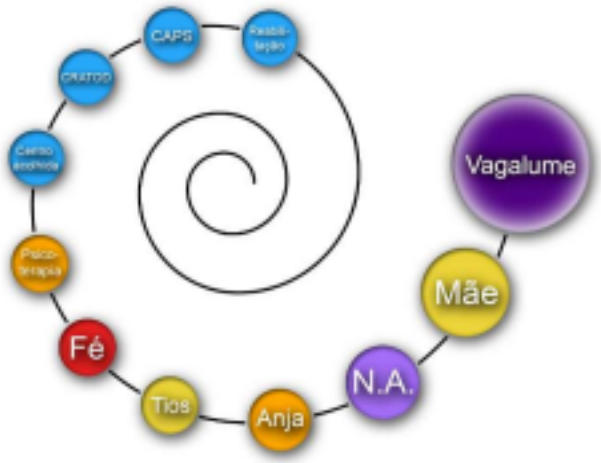
Vagalume compreende que o uso de substâncias psicoativas e sua trajetória de rua contribuíram na avaliação de que oferecia risco para o filho, "mesmo eu estando abstinente é difícil para muitas pessoas acreditarem na recuperação de alguém que usava crack, que bebia, é difícil para muitas pessoas acreditarem que é possível viver sem droga, que existe vida após a droga [...]". Por isso, centraliza a sua luta para enfrentar o uso de substâncias psicoativas, que compreende como uma doença.

Em seu relato está presente a filosofia defendida pelos Narcóticos Anônimos (NA), que compreende o uso de substâncias psicoativas como "doença", "vício", que exige controle, "vencer

a vontade de usar", desejo de parar e abstinência.

Nessa perspectiva, embora tenha acessado outros serviços, como CAPS e CRATOD, o que para ela fez sentido no que denomina como "recuperação" foi a sua inserção no grupo Narcóticos Anônimos.

Apesar da centralidade da participação no grupo Narcóticos Anônimos, Vagalume também destaca a presença de outros atores e serviços em sua trajetória de cuidado e proteção: "eu não saí sozinha, existiu um conjunto de pessoas e de coisas que me ajudaram e me ajudam até hoje. Que eu preciso e eu dou continuidade, porque eu sei que sem esse conjunto de coisas eu não consigo, eu não funciono", como sintetizado na Imagem 1[8].



Fonte: Elaboração própria a partir do relato de Vagalume, 2022.

Ao observar os Itinerários de Vagalume no caminho de proteção e cuidado é marcante a presença de sua família, em especial a mãe, mas também se destaca a intervenção de uma assistente social (a quem denomina Anja) e sua participação no grupo Narcóticos Anônimos. Mesmo Vagalume acessando espaços de cuidado instituídos (como CAPS, CATROD e Centro de Acolhida), foi o apoio da família, sobretudo de sua mãe, predominante para ter o convívio com o filho de volta. O que faz questionar: e as mulheres que não têm vínculos ou apoio familiares, conseguirão ter o convívio com os/as filhos/as assegurado? No seu percurso Vagalume também passou por algumas comunidades terapêuticas cuja orientação religiosa era central, sua vivência

[8] Na construção das imagens estabelecemos um padrão de cores (escolhidas aleatoriamente) para representar o "contar com", sendo que: as mulheres (famílias) estão representadas pela cor vinho; as instituições estão expressas pela cor azul escuro; as famílias pela cor amarela; os amigos pela cor verde; os grupos de apoio pela cor roxa; os profissionais pela cor laranja; os animais de estimação pela cor azul claro; e os sentimentos pela cor vermelha. Imagem 1. Itinerários de Vagalume

ISSN 2965-2499

escancara a necessidade de pensar os serviços e as ofertas públicas para pessoas em uso de substâncias psicoativas consideradas ilícitas, ainda mais em tempos de avanço do conservadorismo. Em outro espaço institucional, que era específico para mulheres grávidas, era a oração que tinha centralidade. Seu relato explicita que as respostas do Estado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas têm indicado um retorno ao reducionismo biomédico, intensificando a legislação proibicionista, separando o cuidado em álcool e outras "drogas" da agenda da saúde pública e incentivando o "confinamento" em instituições religiosas, como comunidades terapêuticas, inclusive com uso do fundo público para financiar tais instituições. Nessa perspectiva, as comunidades terapêuticas apresentam características de instituições totais, algumas com explícitas violações de direitos humanos, como apontado no Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas realizado pelo Conselho Federal de Psicologia, em 2018.

Neste estudo defendemos a construção de redes de cuidados que tenham a perspectiva dos direitos humanos e do cuidado em liberdade como direção e não a abstinência como única alternativa.

Entre as marcas e os marcos na trajetória de vida de Vagalume, a retirada compulsória do filho (aqui compreendida como violência institucional, de gênero e obstétrica) e o momento em que obteve a sua guarda se destacam.

> Eu só consegui a guarda definitiva dele depois de três anos na luta, no processo de acompanhamento com assistente social, de idas e vindas ao Fórum, foi todo um processo. Eu lembro como hoje, eu estava tirando a carta (referindo-se a habilitação para dirigir), no último dia de CFC me ligaram do Fórum [...] Aí ele falou assim, "não, é que saiu aqui o processo de guarda definitiva dos seus filhos! É só você assinar aqui que a guarda agora é sua". Ah! Foi muito emocionante, muito, muito, muito maravilhoso (Vagalume, depoimento colhido em dezembro de 2020, grifo nosso).

Não por acaso a palavra "luta" é constante em seu relato, foi preciso muita luta para conseguir provar que poderia cuidar e ter o convívio com o filho de volta. No itinerário de Vagalume também é perceptível a ideia de punição e de sofrimento para conseguir a redenção, uma lógica cristã, do pecado e da culpa como forma de justificar e compreender as violências que viveu. No entanto, pela dimensão contraditória do real, também enfatiza: "tem pessoas que não precisam sofrer para aprender, se houver serviços, políticas públicas, atuações governamentais".

Sua trajetória evidencia a importância do apoio familiar, mas também de os serviços e políticas públicas atuarem em uma perspectiva de não automatizarem as histórias das famílias, buscando compreendê-las ao reconhecer as mediações e as dimensões da totalidade e da contradição.

ISSN 2965-2499

3. Maia e Nelson: "me arrancaram o direito de amamentar"[9]

Maia, mulher branca, 39 anos, possui Ensino Médio incompleto (cursou até o 1º ano). Nasceu no Guarujá/SP, mas permaneceu até os 15 anos no Estado do Mato Grosso do Sul. Foi criada pela avó e não chegou a conviver com os genitores. Após o falecimento da avó passou a viver situações de desproteção, chegando inclusive a ficar acolhida institucionalmente. Aos 11 anos realizava trabalho infantil como babá. Engravidou da primeira filha aos 16 anos.

Nelson, homem preto, 52 anos, possui Ensino Fundamental incompleto (cursou até o 7º ano). "Minha mãe é descendente de espanhol e minha família paterna veio da África, veio para cá nos navios, meus bisavós veio no navio e foram escravizados" (Nelson, depoimento colhido em março de 2021). Maia e Nelson estão juntos há 7 anos.

O filho em comum do casal, Noé (hoje com 1 ano e 7 meses), foi institucionalizado quando do nascimento, ainda na maternidade e lá permaneceu até 1 ano e três meses de vida. Quando da entrevista o casal havia recuperado a guarda do filho há pouco mais de 4 meses. Foram momentos de muito sofrimento e incertezas sobre o direito de ter recuperado o convívio cotidiano com o filho.

Noé é o quinto filho de Maia. Quando da gravidez eles estavam em situação de rua. Maia e Nelson foram acompanhados pela equipe do Redenção na Rua, AMA (Assistência Médica Ambulatorial), acompanhamento com psicólogo e psiquiatra. Maia frequenta o CAPS Sé e Nelson o CAPES Ad Prates.

A renda da família advém da inserção no então Programa Bolsa Família e da inclusão de Nelson no Programa Operação Trabalho (POT), por meio do qual recebe um benefício de 730,00, além do auxílio emergencial que receberam no contexto de pandemia. A inclusão no POT foi um fator importante, que pesou no desacolhimento de Noé.

No Autonomia em Foco há para cada família um quarto com banheiro. Mas a cozinha é coletiva e cada morador é responsável por custear e fazer sua alimentação, bem como a organização e limpeza do quarto em que reside provisoriamente.

Maia e Nelson também foram acompanhados pela equipe da Defensoria Pública, que realizou a defesa da família e muito contribuiu para que Noé pudesse retornar ao convívio familiar.

Ao longo da entrevista, Maia e Nelson apresentam suas indignações e dores, mas também os apoios e lutas para ter de volta o convívio com o filho. Afinal, tiveram que "provar" que

[9] Trecho do depoimento de Maia e Nelson. Entrevista realizada em março de 2021.

ISSN 2965-2499

não ofereciam riscos à criança.

Noé foi acolhido institucionalmente já na maternidade, diferentemente do que ocorreu com L., quarto filho de Maia, nascido em 2014, que teve alta com a mãe e com ela passou a viver em um Centro de Acolhida. Os encaminhamentos diferentes, quando do nascimento dos dois filhos, fez Maia questionar o motivo dessa diferença:

> A ambulância da maternidade me levou para o Centro de Acolhida e dessa vez eu não consegui, por quê? Por que o meu filho não estava comigo? Por que o hipotireoidismo tinha me atacado e me deixado doente na ala psiquiátrica do Mandaqui há muito tempo atrás? Mas agora como eu fui ter o meu filho lá eles puxaram a minha ficha e falaram, "a Maia, eu não sei qual é a dela, se é hipotireoidismo ou se é droga?" [...] Então o meu problema foi saúde, saúde, entendeu? E também envolve também o dinheiro, que eu não tenho dinheiro para pagar aluguel, eu tenho só Bolsa Família entendeu? Então naquela ocasião eu estava dura, mas eu tinha o Bolsa Família. E outra, o peito, me arrancaram o direito de amamentar! Eles falaram que não fazia sentido eu amamentar se ele ia para o abrigo. Eu me senti lesada na parte da amamentação, sinceramente (Maia, depoimento colhido em março de 2021, grifo nosso).

Ao longo de sua trajetória, Maia passou por três internações psiquiátricas em hospitais diferentes e, em uma das internações, foi submetida à tratamento de eletroconvulsoterapia (ECT): "[...] eu fui para o choque, quase eu morri". Tal episódio ocorreu nos anos 2020, quando vários estudos já apontavam muitas incertezas sobre os efeitos e a efetividade do tratamento com uso de ECT.

No relato de Maia é perceptível uma lógica perversa de automatização das histórias e do "peso" que momentos vividos durante a trajetória das famílias podem ter na composição da avaliação da capacidade protetiva, uma situação reforçada quando Maia diz: "eles viram que passei por internação psiquiátrica". Esse relato mobiliza as seguintes questões: uma pessoa em sofrimento psíquico é um indicador, por si só, da incapacidade de cuidado? Quais tratamentos têm sido ofertados às pessoas que precisam de cuidados em saúde mental? Como os retrocessos, no âmbito da saúde mental, se manifestam nas respostas institucionais e profissionais?

Durante a institucionalização de Noé, Maia ouviu das profissionais do serviço de acolhimento em que a criança estava que ela deveria compreender o afastamento do convívio com o filho como um momento para a família se organizar, em uma defesa do acolhimento como algo necessário para as famílias, que contribui para aprendizagens, desconsiderando os impactos e os sofrimentos vividos pela criança e pela família, como menciona:

> Eles até falavam bem assim, "dona Maia é bom que a senhora tem mobilidade reduzida aí o nenê quando voltar ele praticamente vai limpar a bunda sozinho", eu entendi assim, lógico, ela falou na educação. Aí eu pensei assim, é, você não sabe o que é a vida, né? você não ver o seu filho crescer! pimenta no rabo dos outros é

> refresco mesmo, né, sacanagem da brava. Toda pessoa tem direito né, filha, e se eu fosse cega, e daí? Entendeu? Quer dizer que eu nunca ia poder ver meu filho crescer? (Maia, depoimento colhido em março de 2021, grifo nosso).

"E se eu fosse cega, quer dizer que eu nunca ia poder ver meu filho crescer?" o questionamento de Maia nos interpela a refletir sobre a concepção de família e de cuidado avaliada como protetiva que tem norteado as respostas institucionais e profissionais. Maia tem mobilidade reduzida, contudo, tem autonomia no desenvolvimento de suas atividades da vida diária, mas tal condição seria um indicador de impossibilidade de cuidado com o filho?

Maia, assim como Vagalume, destaca a violência vivida por ter sido impedida de amamentar o seu filho, amamentação que, para ela, é algo muito importante e necessário para o desenvolvimento de uma criança. Mas tal sofrimento é invisibilizado e reduzido à sua experiência individual e singular.

A situação vivida por Maia e Nelson evidencia a insuficiência de serviços que possam acolher em conjunto famílias em situação de rua, bem como a ausência de políticas na área da habilitação, circunstância que é reconhecida por Maia e Nelson, mas também é apontada pelos/as profissionais que acompanham a família.

Além disso, os relatos de Maia e Nelson suscitam as seguintes questões: afinal, por que Maia não foi encaminhada para um Centro de Acolhida em conjunto com o filho? Por que foi avaliada como um risco ao filho? Por sua condição de saúde? Com quais apoios a família contou para retomar o convívio com o filho?

No caso de Maia, há toda uma construção de que ela fazia uso de substâncias psicoativas, o que levou um tempo e muito esforço dos serviços e dos/as profissionais que a acompanhavam para desconstruir esse lugar e essa identidade atribuída de "usuária de substâncias psicoativas ilícitas".

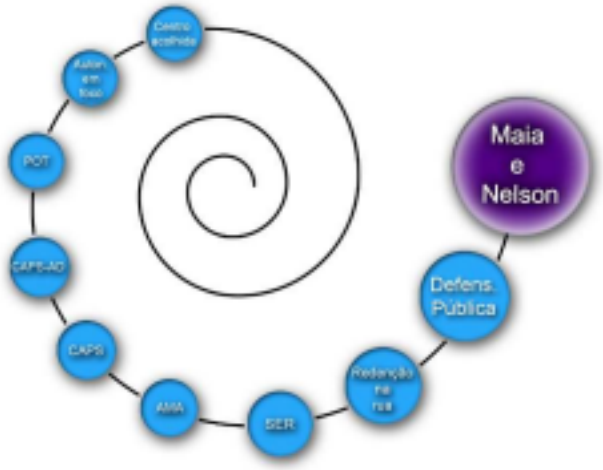
A institucionalização de Noé foi atravessada pelo contexto pandêmico que produz impactos nos processos de trabalho, inclusive na forma de convívio e visitas dos genitores ao filho. O casal precisou comprar um celular e custear o acesso à rede de internet para ter garantido o direito de contato com o filho que, por um período, passou a ser por videochamadas.

> Ficamos um ano, aí depois veio a pandemia e de repetente eles cortaram a visita e a gente só via ele por vídeo, por chamada de vídeo, ficamos 4 mês vendo ele na telinha, na telinha. Aí passou um tempo, acho que um ano, ele está com um ano e sete meses e vai fazer quatro meses que ele está com nós, 30 de outubro ele veio, a juíza liberou ele para a gente (Nelson, depoimento colhido em março de 2021).

No Itinerário de Maia e Nelson (Imagem 5) fica evidente a importância de que as famílias tenham acesso a uma proteção social pública. É também marcante a contribuição das respostas

profissionais e do movimento de diversos atores do SGD[10] no retorno de Noé ao convívio familiar, como mencionado por Helena, assistente social na Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Imagem 2. Itinerários de Maia e Nelson



Fonte: Elaboração própria a partir do relato de Maia e Nelson, 2022.

No percurso de Maia e Nelson não há destaque do apoio de suas famílias de origem, uma vez que seus vínculos estavam fragilizados e/ou rompidos. O que contribuiu para o retorno de Noé ao convívio com os genitores foi todo um movimento e atuação de diversos profissionais da rede de serviços que acompanhavam a família, que construíram processos de lutas, enfrentamentos e resistências, seja na participação em reuniões com a equipe do Poder Judiciário, seja na produção de documentos que reiteraram a capacidade protetiva da família.

Todo um movimento foi realizado para desconstruir a ideia inicial, presente no relatório da maternidade, de que Maia fazia uso de substâncias psicoativas, uma situação que reitera o saber-poder dos registros profissionais produzidos sobre as famílias. É preciso estar atento para que a garantia de acesso aos programas de proteção, apoio e promoção não se tornem apenas um rito processual, que mais gera sobrecarga e assume um lugar de controle, fiscalização e punição das famílias do que assegura proteção.

Contudo, apesar dos apoios recebidos, o período transcorrido entre o afastamento e retorno ao convívio de Maia e Nelson com o filho foi perpassado por violências e violações que

[10] O CONANDA estabeleceu as resoluções 113, de abril de 2006, e a 117, de julho de 2016, que dispõe sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes. O Art. 1º da Resolução 113 destaca: “O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de Promoção, Defesa e Controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (CONANDA, 2006).

ISSN 2965-2499

não podem ser desconsideradas, o que impõe questionar a perspectiva adotada por alguns serviços no trabalho com as famílias.

Os relatórios emitidos pela equipe técnica do serviço de acolhimento onde a criança permaneceu, particularmente sobre o desenvolvimento das visitas dos genitores ao filho, teve um peso importante no desenrolar das avaliações realizadas, principalmente pela equipe técnica do Poder Judiciário que por vezes transcreveu para seus relatórios trechos das manifestações apresentadas pela equipe do serviço de acolhimento.

Nos relatórios emitidos pela equipe do SAICA em diversos momentos Maia tem questionada sua capacidade de cuidar do filho, como no trecho a seguir:

> [...] Às 16h os genitores encerraram a visita mesmo sendo autorizados a permanecer por mais tempo. [...] Em seu contato com o filho a Sra. Maia frequentemente o observa em silêncio, interagindo em poucas ocasiões com o mesmo. A genitora é orientada e incentivada à maternagem, segurá-lo nos braços, ofertar mamadeira e propor músicas e brincadeiras, todavia, as tentativas provam-se infrutíferas através da justificativa da Sra. Maia acerca de sua mobilidade reduzida. [...] Considerando o acompanhamento da genitora durante suas visitas ao filho neste serviço restou dúvida sobre o desejo da genitora e capacidade autônoma de exercer os cuidados do infante na ausência do genitor [...] (Relatório Circunstanciado elaborado pela equipe do SAICA, 2019, grifo nosso).

O casal tem consciência da importância dos documentos que eram produzidos pelos/as profissionais que acompanhavam o contexto familiar.

> Oh! A única queixa que eu tenho é esses relatórios, que até hoje eu fico pensando, meu Deus, será que a pessoa tem o direito de fazer um relatório meu sem eu estar a par do pensamento dela sobre mim? [...] mas eu achei assim que é uma falta de ética viu, ética, respeito mesmo, sobre profissionais que deveriam se respeitar para poder entrar nessa viagem de falar de alguém sem esse alguém saber, você entendeu? É muito complicado isso aí [...] (Maia, depoimento colhido em março de 2021, grifos nosso).

Em seus relatos, Maia e Nelson também chamam atenção para o posicionamento ético dos/as profissionais e a importância da devolutiva para as famílias. No relato de Maia fica expressa uma perspectiva crítica quanto aos documentos produzidos pelos/as profissionais sobre o contexto familiar e de vida, que por vezes assumem uma perspectiva de controle e vigilância: “todo mundo de olho na vida da gente”.

Além disso, os relatos marcam o “saber-poder” dos registros realizados e o receio quanto ao que o documento pode desencadear, uma situação ocasionada principalmente pelo fato de não terem o retorno sobre os atendimentos realizados e a perspectiva do/a profissional.

Apesar de o uso de substâncias psicoativas ser apenas a “ponta do iceberg”, o relato de sua presença ainda tem um peso forte na avaliação da capacidade protetiva e de cuidado das famílias, como observado no Itinerário de Maia e Nelson.

ISSN 2965-2499

4. Considerações Finais: "não é uma maternidade compulsória, mas também não pode ser uma maternidade negada"[11]

Qual maternidade tem sido hegemônica na sociedade capitalista, patriarcal, sexista, classista e racista? Qual a expectativa e construção social do que é ser mulher e do lugar da maternidade? Como mulheres que historicamente têm tido a "maternidade negada" impõem suas existências e resistências?

Partindo de tais questionamentos e reconhecendo que as possibilidades de vivenciar a maternidade não são as mesmas para todas as mulheres no Brasil e que a retirada dos/as filhos/as de mulheres negras marca a composição da formação social brasileira, buscamos compreender os fundamentos que justificam tais retiradas, entrecruzar as histórias e trajetórias das participantes da pesquisa, dando ênfase às potências de vida, às existências e resistências.

Na abertura desta sessão citamos um trecho do relato de Frida, enfermeira em uma equipe do Consultório na Rua, que nos lembra que "não dá para ser uma maternidade compulsória", centrada no mito do amor materno que coloca a mulher no papel de mãe a qualquer custo, mas também não dá para ser uma "retirada compulsória", em que se automatiza a impossibilidade de cuidado e a retirada de filhos/as das mulheres que são mães e dos homens que são pais.

Partindo dessa compreensão, as histórias das mulheres participantes da pesquisa se entrecruzam com a trajetória de rua, pois cada uma delas (à sua forma e no seu tempo) tiveram a rua como caminho. Mas também são marcadas pela desigualdade social e racial (das 5 mulheres participantes da pesquisa 3 são negras e 2 são brancas, sendo que o companheiro de Maia é um homem negro) e pela negação de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, entre eles a ausência de moradia.

A incerteza sobre onde morar perpassava 4 das 5 participantes da pesquisa, seja por residir em área de ocupação (onde a possibilidade de despejo rondava a família) seja pela vivência em Centros de Acolhida (onde embora tivessem assegurado o pernoite, tal condição era provisória e permeada por regras e restrições, sem que fosse possível chamar o lugar de seu). Apenas Vagalume tinha assegurada uma moradia, que foi cedida pela genitora, embora também nutrisse o desejo de ter sua casa própria.

No relato de todas as participantes são perceptíveis as incertezas da vida na rua, o receio de dormir e não acordar, as recorrentes ações da polícia e do rapa que poderiam ocorrer a qualquer momento. Além disso, ser mulher em situação de rua tem suas particularidades, como

[11] Trecho do depoimento de Frida. Entrevista realizada em fevereiro de 2021.

ISSN 2965-2499

explica Mel, “a mulher é mais vulnerável na rua. A mulher vale o corpo, para a droga, para o crack”.

A impossibilidade de amamentar se apresenta como algo atravessado por muita dor e foi expressa de modo mais evidente pelas mulheres que tiveram os filhos acolhidos: Maia e Vagalume. Elas também destacam a interrupção das visitas às/aos filhas/os ou mesmo as poucas horas de contato com elas/es (estabelecidas pelas instituições de acolhimento) como momentos de violência e sofrimento.

Na trajetória das mulheres participantes da pesquisa está presente a importância do acesso às políticas públicas, mas também o quanto a fragilização, o desfinanciamento e o sucateamento dos serviços contribuem para fragilizar as situações de desproteção social vividas pelas famílias.

Os suportes e os apoios, formais e informais, foram importantes na trajetória protetiva das mulheres, mas assim como os sofrimentos tendem a ser vistos a partir da experiência singular, a resistência também tem assumido um caráter individual. São ainda práticas e movimentos muito particulares, de modo que as une mais a dor e o sofrimento do que a resistência coletiva. Mulheres a quem é negada a possibilidade de ser mãe, mas que aos poucos têm avançado como sujeitos políticos que constroem resistências, mesmo que ainda no miúdo de cada existência.

Embora também tenha ficado expressa na narrativa de todas as mulheres participantes uma tendência a se responsabilizarem individualmente pelas desproteções vividas, reconhecem que “não precisava ser pela dor e sofrimento” se houvesse respostas públicas. Nesse sentido, cabe afirmar que proteção social não depende de atributos individuais ou somente de uma única política pública, mas da territorialidade em que se vive, dos acessos, do “contar com”, do pertencimento e do direito de ser e de existir. Por outro lado, a responsabilização individual é algo eficaz na sociabilidade burguesa, pois esvazia a responsabilidade política.

Observamos que a ideia do “não ser”, como apontada por Passos (2021), ou de “coisa”, conforme abordam Cisne e Santos (2018), justificam intervenções que provocam violência e dor, expropriam o direito à maternidade e sustentam a retirada compulsória dos/as filhos/as, sobretudo de mulheres negras, como primeira resposta. Assim, a judicialização como primeira resposta oculta as contradições constitutivas de uma ordem social marcada pela desigualdade social, racial, pobreza e por uma questão de classe. Apesar desse contexto de desproteções e violações, as mulheres participantes impõem suas existências e resistências ao ecoarem suas vozes, mesmo que a centralidade ainda seja em âmbito individual, ao reconhecerem as

ISSN 2965-2499

violências e as desigualdades sociais e raciais vividas, ao se verem como sujeitos de sua história e sujeitos na história. Resistem e existem ao se articularem com profissionais que também imprimem no cotidiano resistências, ao se esconderem no território, ao não realizarem o pré-natal, ao fugirem da maternidade com o/a filho/a, ao gritarem “eles não vão pegar o nosso bebê”.

O acesso aos itinerários dessas mulheres demonstrou que as “histórias únicas” desumanizam, não trazem as contradições que estão postas na realidade, que o racismo é uma estratégia potente de desumanização e que não podemos continuar promovendo violações em nome de proteção.

REFERÊNCIAS

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.

FÁVERO. E.T. Questão Social e Perda do Poder Familiar. São Paulo: Veras Editora, 2007.
FÁVERO, E.T. (Coord.). Realidade social, direitos e perda do poder familiar: desproteção social x direito à convivência familiar e comunitária. São Paulo: NEPPSF, Unicsul, 2014.

LOIOLA, Gracielle Feitosa de. “Nós somos gente... Nós pode ser mãe...”: Existências e resistências à retirada compulsória de filhas/os pelo Estado. 2022. 397f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

LOIOLA, Gracielle Feitosa de. Produção sociojurídica de famílias “incapazes”: do discurso da “não aderência” ao direito à proteção social. Curitiba: CRV, 2020.
MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
PASSOS, Rachel Gouveia. “É pelo homem que a sociedade chegar ao ser”: reflexões decoloniais acerca da ontologia do ser social. In: EURICO, Márcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia; ALMEIDA, Magali da Silva; MARTINS, Tereza Cristina Santos (Org.). Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2021a.

PASSOS, Rachel Gouveia. “O lixo vai falar, e numa boa!”. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 301-309, maio/ago. 2021b.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116-129, 1º semestre de 2020.

SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos. Justiça Reprodutiva a partir das categorias gênero, raça e classe: notas preliminares para o Serviço Social. In: EURICO, M. C.; PASSOS, R. G.; ALMEIDA, M da S.; MARTINS, T. C. S. (Org.). Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2021a.

SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos Santos. Política Nacional de Saúde Integral da população negra e enfrentamento à violência obstétrica em mulheres negras: sentidos atribuídos por gestoras(es) e profissionais de saúde. In: ELPIDIO, M. H.; VALDO, J. P. da S.; ROCHA, R. (Org.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico

ISSN 2965-2499

racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021b.